

Gênero e Democracia: práticas políticas e comunicativas de mulheres amazônidas no protesto #EleNão

*Gender and Democracy:
amazonian women's political and
communicational practices at
#EleNão protest*

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2020, vol. 10(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.2.365

 Open Access Journal

Danila Cal

Universidade Federal do Pará
[Federal University of Pará]

Nathália de Sousa Fonseca

Universidade Federal do Pará
[Federal University of Pará]

Luana de Melo Laboissiere

Universidade Federal do Pará
[Federal University of Pará]

Nathália Kahwage

Universidade Federal do Pará
[Federal University of Pará]

Resumo

Investigamos os sentidos atribuídos ao #EleNão pelas mulheres participantes da mobilização do dia 29/09/2018, em Belém/PA. Analisamos: (a) 40 escritos de cartazes e pinturas corporais para desvelar os sujeitos do protesto e suas reivindicações; e (b) 50 entrevistas com as participantes para compreender motivações, perspectivas sobre democracia e relações com os feminismos. Trabalhamos com a noção de democracia materializada em um "modo de vida" dialogada com visadas feministas do Sul Global sobre a pluralização do sujeito do feminismo. A partir da análise dos cartazes, destacamos a ampliação do sujeito do feminismo e a associação entre as lutas feministas e a posição contrária ao candidato Bolsonaro. Os resultados das entrevistas apontam para a importância da participação popular na democracia e para o entendimento do #EleNão como forma de construção de solidariedade.

Palavras-chave: Mulheres da Amazônia. Práticas comunicativas. #EleNão

Abstract

We investigated the meanings attributed to #EleNão by the women participating in the mobilization of 29/09/2018, in Belém/PA. We analyzed: (a) 40 writings of posters and body paintings to reveal the subjects of the protest and their demands; and (b) 50 interviews with participants to understand motivations, perspectives of democracy and relationships with feminisms. We work with the notion of democracy materialized in a "way of life" dialogued with feminist aims from the Global South on the pluralization of the subject of feminism. From the analysis of the posters, we highlight the expansion of the subject of feminism and the association between feminist struggles and the position contrary to the candidate Bolsonaro. The results of the interviews point to the importance of popular participation in democracy and to the understanding of #EleNão as a way of building solidarity.

Keywords: Amazonian women. Communicational practices. #EleNão.

Gênero e Democracia: práticas políticas e comunicativas de mulheres amazônicas no protesto #EleNão

Danila CAL
Nathália de Sousa FONSECA
Luana de Melo LABOISSIERE
Nathália KAHWAGE

“Tudo o que ele vai fazer é contra as minorias, contra os direitos humanos, contra o meio ambiente. Então, é impossível a gente pegar e ficar calada, parada, frente a um cara que vai contra tudo o que a gente acredita, contra o que a gente trabalhou uma vida inteira”. A fala é de uma psicóloga de 37 anos que participou, em Belém-PA, do protesto #EleNão, convocado por mulheres por meio de mobilização nos sites de redes sociais contra o então candidato à Presidência da República nas eleições 2018 Jair Bolsonaro (PSL).

Durante o ato, mulheres negras, indígenas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), jornalistas, trans, cis, brancas, LGBTI+, entre outras, portavam cartazes e expressavam palavras de ordem. Elas possuíam uma ambivalência: a pluralidade e a diferença de seus marcadores sociais que, interseccionalmente, se cruzavam e se afetavam, ao mesmo passo em que reivindicavam, centralmente, a defesa da democracia brasileira e mantinham o posicionamento contrário ao então candidato.

Emergindo nesse contexto, nossa investigação buscou compreender os sentidos atribuídos ao #EleNão pelas próprias mulheres que participaram do protesto, levando em consideração a composição heterogênea e plural desse grupo. De modo específico, analisamos os motivos que levaram à participação no ato, a natureza das reivindicações e o modo como foram mobilizadas dimensões da democracia para embasar o movimento e produzir solidariedade.

Como matriz teórica, trabalhamos com uma perspectiva ampliada de democracia, baseada em Dewey (2008), que a distingue entre uma ideia, uma forma de vida e uma forma de governo. É um termo recorrentemente contestado na contemporaneidade e sob o qual é

possível considerar diversos modos de compreendê-lo (Matos, 2018; Mendonça; Cunha, 2018; Mendonça, 2018).

Relacionamos essas formulações com as perspectivas feministas do Sul Global, que têm como foco central a desestabilização de matrizes hegemônicas de pensamento. Nesse sentido, levamos em conta a pluralidade dos sujeitos contemplados e ainda os modos de lidar com as questões de gênero, as quais não podem ser lidas à parte de questões de raça, classe social, etnia e geopolítica (Lugones, 2008; 2014). Além disso, o viés feminista do Sul Global propõe o descentramento de narrativas com base na *experiência* (Brah, 2006), chave que buscamos compreender por meio de entrevistas com as mulheres participantes do protesto.

Essa é uma perspectiva valiosa para a nossa investigação não apenas por termos como interlocutoras as mulheres amazônidas em suas especificidades, mas também por permitir um olhar nuançado às práticas políticas das mulheres do Brasil, assim como pelo esforço de não enquadrá-las em categorias analíticas que não foram pensadas a partir da realidade na qual estão inseridas. Isso porque, tal qual ilumina Mohanty (1988), as mulheres do Sul Global têm sido historicamente pensadas segundo olhares ocidentais. Dessa forma, demarcamos que o interesse deste trabalho não é observar sua atuação a partir de categorias pré-construídas, mas investigar o que emerge da própria empiria.

Ancoradas nisso, pensamos o gesto metodológico de modo a contemplar a escuta e a observação atentas das reivindicações de nossas interlocutoras, reconhecendo-as como sujeitos políticos plurais (Miñoso, 2017) e ativos no que concerne ao desenho de formas de ativismo baseadas em suas respectivas experiências e adequadas à sua realidade (Collins, 2016). Além disso, questionamos perspectivas dominantes sobre a história e a representação das mulheres (Loomba, 2005).

Focamos nossa análise no protesto #EleNão realizado, em Belém, no dia 29 de setembro de 2018, por considerar a relevância de um olhar descentralizado para esse fenômeno, a partir de um contexto periférico como a Amazônia, que possui especificidades e sujeitos atravessados por processos de significação singulares. Enquanto mulheres feministas amazônidas, compreendemos a investigação originada do próprio local investigado como

fundamental para a valorização de experiências plurais. Como procedimentos metodológicos, realizamos: (a) análise de quarenta cartazes da mobilização por meio de imagens do coletivo *Jornalistas Livres* e publicadas no evento do *Facebook*; e (b) entrevistas semiestruturadas com cinquenta mulheres de diferentes faixas etárias e perfis que participaram do #EleNão¹. Buscamos compreender, principalmente, (a) motivações para participar do #EleNão; (b) perspectivas sobre democracia; e (c) relações com o feminismo.

Contextualização sobre o Movimento #EleNão

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 foram marcadas por especificidades e peculiaridades que vão desde a desvalorização do debate político nos *media*, por parte do então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL), até declarações de cunho sexista e misógino, proferidas pelo mesmo representante político. Naquele contexto, as mulheres dos movimentos feministas do Brasil, das capitais aos interiores, espraiando-se para o exterior, e autodeclaradas “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, organizaram-se sob a bandeira da *hashtag* #EleNão, contra a candidatura do político.

Como parte de um momento de efervescência política feminista, que vem ocorrendo no Brasil desde 2014, com a chamada *Primavera Feminista*², a manifestação #EleNão foi reconhecida pela cientista política Céli Pinto, em entrevista à *BBC News Brasil* (2018), como o maior protesto de mulheres na história do país³. O primeiro protesto das “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” foi articulado, inicialmente, via *Facebook*, dentro de grupos fechados. A manifestação foi realizada em 114 cidades brasileiras, impulsionada pelas mulheres, com a participação de demais grupos socialmente marginalizados e que se percebiam em risco diante da candidatura de Bolsonaro.

¹ O detalhamento metodológico sobre a escolha dos cartazes e a seleção das entrevistadas será feito mais adiante.

² Por *Primavera Feminista* entende-se as articulações entre mulheres de várias partes do Brasil que perpassaram as movimentações *on-line* como #NãoMereçoSerEstuprada, #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, e as mobilizações de rua como #ForaCunha.

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 10 jan. 2019

Em Belém (PA), a manifestação foi organizada por coletivos feministas da cidade. Segundo o portal de notícias local *Diário On-Line*, a organização do ato contabilizou cerca de 15 mil participantes. Durante nossa participação no protesto, pudemos experienciar a pluralidade de grupos sociais que compunham a mobilização. O percurso de caminhada, puxada por uma performance de mulheres e crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Pará), era seguido por integrantes da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFPA (APYEUFPA), dos Comunicadores pela Democracia, pela comunidade LGBTQIA+⁴, por professoras e professores, por feministas ligadas a diversas correntes de pensamento, além de jovens, idosas e famílias inteiras ecoando #EleNã e reivindicando a defesa da democracia.

A observação participante nos permitiu visualizar a pluralidade de sujeitos, em vários possíveis atravessamentos de marcadores sociais de diferenças, e nos instigou a tentar compreender as razões pelas quais as pessoas se mobilizaram para aquele movimento. Além disso, buscamos investigar quais as dimensões de democracia acionadas por aquele grupo heterogêneo enquanto o mesmo reivindicava sua defesa, posicionando-se contra o candidato em questão.

Perspectivas Feministas: aproximações e distanciamentos

A forma mais recorrente de sistematizar os momentos do movimento (visto assim no singular) é a metáfora das ondas – oriunda dos EUA e da Europa –, que elucidam as reivindicações e perspectivas ideológicas que se destacaram, segundo Gamble (2001) e Evans e Chamberlain (2014), e se desdobram três momentos históricos⁵: a primeira é marcada pelo sufrágio feminino, a segunda tem como cerne os direitos sexuais e a terceira é percebida tanto como guiada pelo individualismo da agenda liberal (Gamble, 2001) quanto pela ampliação do sujeito do feminismo, passando a englobar mulheres até então

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexual e outras variações de sexualidade e/ou gênero.

⁵ Olhar para através das ondas também nos permite, contemporaneamente, perceber quais mulheres eram reconhecidas como sujeitas do feminismo em cada uma delas.

marginalizadas dentro do movimento. Há, ainda, a defesa da existência de uma quarta onda, que possui como cerne a pluralidade de redes de solidariedade através do uso da internet (Cochrane, 2013; Munro, 2013).

De acordo com Céli Pinto (2003), no Brasil as três ondas desdobram-se da seguinte forma: a) o sufrágio, compreendido como uma luta por direitos políticos; b) o combate em duas frentes necessário durante o período ditatorial, a saber, o sexismo dentro da resistência e a opressão do regime⁶; e c) a participação feminina na redemocratização, que desenha um “feminismo difuso” – que reivindica lugar nos processos institucionais e também discute as diferenças entre as mulheres. Este último argumento da autora se conecta à defesa de Marlise Matos (2010) acerca de uma quarta onda no Brasil, na qual as diferenças oriundas do Sul Global passam a fornecer categorias analíticas mais complexas para abranger a realidade destas mulheres, não no intuito de torná-las universais, mas de desestabilizar aquelas que foram construídas pelo Norte Global e não se mostram suficientemente complexas para realidades distintas.

Demarcar a diferença entre as perspectivas do Norte e do Sul Global não é uma tarefa simples, uma vez que cada uma delas abarca suas próprias heterogeneidades. Por esse motivo, a partir deste ponto, passamos a tratar de *feminismos*, para demarcar o reconhecimento de sua pluralidade. No entanto, para o argumento deste trabalho, usamos como ponto de partida a colonização, constituinte da diferença colonial (Mignolo, 2012): hierarquia entre os superiores colonizadores e os inferiores colonizados que foi contada pelos primeiros. Nessa dicotomia, existe racionalidade e irracionalidade, humanos e animais, sujeitos e outros o que, com o avanço do conhecimento científico, se desdobra nas hierarquias construídas através da colonialidade do saber (Quijano, 2005), que também se reflete nas teorias feministas.

Por um lado, como base, as discussões do Norte Global se pautam na dicotomia público X privado – considerado, em muitas, a raiz da opressão feminina –, que isola as mulheres

⁶ Experiência distinta daquela experienciada pelas mulheres dos EUA e da Europa na década de 1970, que viviam um momento de efervescência política de liberação.

ao privado, afastando-as e suas reivindicações da esfera pública⁷. Em contrapartida, as perspectivas do Sul Global tensionam a universalização da dicotomia público X privado, uma vez que diversas localidades afetadas pela colonização possuíam organizações sociais ginocráticas (Lugones, 2008; Allen, 1992), distinguindo-se também nas relações de trabalho, não hierarquizando a caça, o cuidado, e a plantação, colheita e preparo dos alimentos.

Diante de tal cenário, Lugones (2008) destaca que, além da imposição da racialização e da exploração capitalista (Quijano, 2005), também foi imposta a diferença entre os gêneros – segundo a qual, as mulheres pertenceriam à esfera privada. Esta colonialidade de gênero (Lugones, 2008) refletiu e reflete nos sentidos construídos acerca das mulheres no Sul Global, percebidas homogeneamente como subalternas, domesticizadas, sem agenciamento e menos escolarizadas e incapazes de identificar as opressões que sofrem, exatamente o oposto daquelas que devem lhes salvar: empoderadas, com capital econômico, escolarizadas e “esclarecidas” feministas do Norte Global (Mohanty, 1988), estabelecendo hierarquias que afetam inclusive a validação das falas das mulheres construídas como subalternas – o que explica o universalismo da narrativa das ondas e, de modo mais incisivo a incorporação de questões oriundas dessas localidades à agenda feminista global.

Como confrontação às perspectivas universalistas, diversas autoras têm buscado reconstruir as narrativas apagadas e, com isso, elucidar que ser “mulher” vai além de discutir questões especificamente ligadas ao gênero, negligenciando que mulheres também podem ser negras, indígenas, LGBTQIA+, pobres e etc. Sojourner Truth⁸, em seu celebrado discurso “Eu não sou uma mulher?” marca o início destas contestações.

Especificamente sobre as mulheres negras Audre Lorde (1984), explica que a negligência à suas particularidades representa o uso dos mesmos mecanismos utilizados pelos homens

⁷ O que se agrava com a mudança nas relações de trabalho, que passa a concentrar o poder aquisitivo nas mãos dos homens e concomitantemente desvaloriza o trabalho doméstico no novo sistema econômico.

⁸ Foi uma ativista abolicionista negra que ficou conhecida pelo discurso proferido no Congresso das Mulheres de Ohio (EUA), em 1851. É importante destacar que incluímos as mulheres negras ao grupo heterogêneo que compõe o Sul Global por perceber que nas hierarquias construídas pelos feminismos hegemônicos, elas também são situadas em subalternidade.

brancos para negar às mulheres brancas o *status* de sujeito político – o que revela suas limitações.

Assim, uma perspectiva metodológica que busque cumprir com a tarefa de não subalternizar nem homogeneizar as mulheres necessita, de acordo com Avtar Brah (2006), focar a experiência para a compreensão dos mecanismos de opressão. Neste trabalho, buscamos ir além do olhar para a compreensão das opressões, instrumentalizando um olhar que, quando lançado às mulheres, reconhece que gênero, raça, classe e localização geopolítica, em intersecção, atravessam de formas diferentes as mulheres do Sul Global, não podendo ser lidas separadamente. Em contrapartida à subalternização imposta a partir do olhar do Norte (Mohanty, 1988), propomo-nos a buscar compreender as categorias de diferenciação, suas opressões e também suas formas de resistência.

Diante disso, mostra-se pertinente e relevante a análise das particularidades de experiências e mesmo diferenças entre as mulheres, para que o discurso universalista seja desestabilizado e substituído por perspectivas como a altermundialista (Matos, 2010), que preocupa-se com o local e com o global, diante das diferenças de gênero, raça e classe a partir de um olhar interseccional.

Optamos por embasar teoricamente nossa investigação na perspectiva feminista do Sul Global, por compreender que a região amazônica é atravessada por processos de significação que tendem a não reconhecer suas especificidades e dos sujeitos que aqui habitam. Desse modo, na condição de mulheres feministas da Amazônia – um grupo heterogêneo que se expressa mesmo entre nós, autoras deste trabalho –, percebemos a relevância de uma investigação que parta do próprio local investigado. Por esse motivo, escolhemos como objeto de análise o #EleNão realizado, em Belém (PA).

A abordagem feminista decolonial também traz reflexões sobre a democracia. De acordo com Matos (2018, p. 283), vivemos hoje em democracias “pós-coloniais” que estão em “pleno questionamento em relação às nossas heranças colonialistas”. A autora trabalha o conceito de cidadania (e sua multidimensionalidade crítica) por meio da qual é fundamental o reconhecimento das diferenças culturais, simbólicas e das identidades

marcadas pelas dimensões de gênero e de raça. Matos (2018) recorre à distinção feita por Dewey (2008) entre a “ideia de democracia” com base em um sentido ampliado, isto é, um “modo de vida”, e o entendimento de democracia como sistema político ou de governo. Consideramos essa distinção produtiva para refletir sobre o #EleNão porque aproxima a ideia de democracia do cotidiano e das interações e, normalmente, “temos o hábito de pensar na democracia como uma espécie de mecanismo político que irá funcionar desde que os cidadãos sejam razoavelmente fiéis no cumprimento de seus deveres políticos” (Dewey, 2008, p. 137).

Podemos compreender, portanto, que a democracia é um “modo de vida guiado por uma fé ativa nas possibilidades da natureza humana” (Dewey, 2008, p. 138). A premissa se espalha para as relações cotidianas: “Essa fé pode ser promulgada em leis, mas ela se encontra apenas no papel a não ser que seja materializada nas atitudes que os seres humanos exibem uns para os outros em todos os incidentes e relações com o cotidiano” (Dewey, 2008, p. 138). Em outras palavras, são as ações práticas, os modos e as interações rotineiras que estruturam a democracia em Dewey.

Assim, o reconhecimento das diversidades é fundamental para o modo de vida democrático que envolve a cooperação e a expressão das diferenças, e é uma forma de aprimorar as experiências de vida (Dewey, 2008, p. 141): “A democracia é a fé de que o processo de experiência é mais importante que qualquer resultado especial obtido (...). Visto que o processo de experiência é capaz de ser educativo, a fé na democracia é o mesmo que fé na experiência e na educação”. Por experiência, o autor define o processo de interação livre dos seres humanos com as condições que o cercam, que geram conhecimento e podem impulsioná-lo.

Matos (2018, p. 270) identificou que as críticas feministas apontam as instituições políticas modernas democráticas como capazes apenas de atender às demandas concretas da democracia como “sistema de governo” e não como “ideia de democracia”. Neste artigo, nosso olhar se volta para a compreensão do #EleNão realizado em Belém, considerando essa perspectiva alargada de democracia a partir de Dewey (2008) e também das teorias feministas discutidas.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos ao #EleNão pelas próprias mulheres que participaram do protesto, examinamos, por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2016; Maia *et al.*, 2017), dois conjuntos de materiais: (1) cartazes da mobilização, através de imagens registradas pelo coletivo *Jornalistas Livres* e pelo evento do movimento no *Facebook*; e (2) entrevistas semiestruturadas com 50 mulheres de diferentes faixas etárias e perfis que participaram do #EleNão.

Para realizar a análise dos cartazes do protesto #EleNão, coletamos 21 imagens do fotógrafo paraense Raoni Arraes, que registrou a manifestação para o coletivo *Jornalistas Livres*, e 18 imagens publicadas na página do evento no *Facebook*⁹ –intitulado “Mulheres Contra O Bolsonaro | Belém”.

O critério de escolha das imagens foi baseado na composição das fotografias, coletando apenas aquelas que continham, em seu enquadramento, cartazes legíveis do protesto. Nossa unidade de análise foram os escritos registrados em cartazes ou ainda em pinturas corporais. Em algumas das imagens, havia mais de um cartaz, em outros casos, os mesmos cartazes apareciam em imagens diferentes. No entanto, analisamos, ao todo, 40 escritos. A partir deles, buscamos identificar a natureza dos escritos (se pintura corporal ou cartaz); as motivações para a participação no ato; se demarcavam atravessamentos relacionados a raça, classe, orientação sexual ou identidade de gênero; quais as reivindicações expressas; e se configuravam como respostas a declarações polêmicas do então candidato Bolsonaro.

Em relação às entrevistas com as manifestantes, elas foram realizadas no período de 16 de fevereiro a 02 de março de 2019, quatro meses depois do protesto nas ruas da capital paraense. Naquela ocasião, para a realização da coleta de dados, três das quatro autoras se dispersaram em meio à multidão durante a concentração, no Mercado de São Brás – ponto de encontro da manifestação – e abordaram aleatoriamente mulheres de diferentes

⁹ <https://www.facebook.com/events/309019836344996/> - Acesso em 10 jan. 2019

perfis. Nesse primeiro contato, as entrevistadas foram informadas brevemente sobre os objetivos da pesquisa. Abordamos e registramos dados básicos (nome, idade, profissão e contato) de 107 mulheres, antes do início da passeata. Todas elas, naquele momento, aceitaram participar da investigação e algumas delas já expressaram suas motivações, como a psicóloga de 37 anos, cuja fala abre a introdução deste artigo.

Optamos por não realizar a entrevista durante o ato porque poderia atrapalhar a própria experiência das participantes. Com o propósito de tornar mais viável a comunicação com nossas interlocutoras, decidimos realizar as entrevistas por meio do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* e também oferecer a possibilidade de entrevista em um formulário na plataforma *Google Forms*. Na literatura sobre pesquisa qualitativa, entrevistas por meio de aplicativos de mensagem instantânea são consideradas recursos importantes quando se avalia o custo e a logística necessários para entrevistas presenciais (Dimond *et al*, 2012; Kaufmann; Peil, 2019). Especificamente sobre o uso do *WhatsApp* em pesquisas, Kaufmann e Peil (2019) argumentam que apresenta diferentes vantagens como: flexibilidade de local e espaço, amplo uso no cotidiano da maioria das pessoas, que já sabem como manejá-lo; recursos como marca de recebido/lido, interface *Web*, *backup* de dados, facilidade para múltiplas entrevistas. As autoras destacam que a escolha por esse aplicativo como ambiente/recurso de pesquisa deve levar em consideração a sua adequação ao objetivo da pesquisa e também, por ser um aplicativo que demanda atuação atenta do pesquisador (já que não é automatizado), deve ser utilizado para amostras menores (Kaufmann; Peil, 2019). Consideramos o uso desse aplicativo apropriado para nossa pesquisa, por ser de fácil utilização, por estar presente no dia-a-dia das pessoas e também pela maior facilidade de acesso ao *WhatsApp* (normalmente mais barato ou mesmo gratuito em contratos de telefonia celular) do que à internet de modo geral

Das 107 mulheres que dispúnhamos dos dados, 83 foram contatadas via *WhatsApp* e, para aquelas cujo número de telefone não aparecia como contato no aplicativo de mensagens, foram realizadas ligações telefônicas em pelo menos cinco tentativas para saber se o número correspondia àquela proprietária e ainda se ela possuía outro número com *WhatsApp* para contato. Das 83 contatadas – chegamos a essas mulheres alternando os contatos coletados por cada uma das pesquisadoras –, 50 delas responderam à entrevista

na íntegra, cujo roteiro era dividido em dois momentos: a) a identificação do perfil da manifestante (com questões relacionadas, por exemplo, à idade, profissão/ocupação, identificação de gênero, cor da pele, município, participação em partidos políticos, orientação sexual); e b) perguntas abertas a respeito da participação no #EleNão e perspectivas sobre democracia, feminismos e movimentos sociais. Entre as 50 mulheres que responderam integralmente as perguntas, 39 escolheram responder pelo *WhatsApp*, e 11 preferiram responder pelo *Google Forms*¹⁰.

Por meio das entrevistas, como gesto metodológico e analítico, demarcamos a necessidade de escutar e considerar as falas das entrevistadas enquanto sujeitos plurais (Spivak, 2010; Miñoso, 2017), capazes de pensar formas de ativismo adequadas e a partir de suas realidades (Collins, 2016), questionando perspectivas dominantes sobre a história e a representação das mulheres (Loomba, 2005).

Por meio do *WhatsApp*, as entrevistadas responderam às perguntas no momento em que foram enviadas, sendo que elas mesmas sinalizavam quando seria o melhor momento para serem feitas, pois deveríamos levar em consideração que essas mulheres o fariam ao mesmo tempo em que trabalhavam, estudavam, realizavam trabalho doméstico, estavam em atividade de lazer, em deslocamento nos transportes na cidade ou cuidavam dos filhos, por exemplo¹¹.

A seguir, apresentaremos, de modo mais específico, os procedimentos analíticos e os resultados em cada um desses âmbitos investigados.

¹⁰ Em ambas as formas de abordagem, enviamos um texto de apresentação que trazia detalhes da pesquisa aplicada, do grupo de pesquisa que a coordenava, das opções de plataformas para respostas e do compromisso com elas para a apresentação dos resultados. Além disso, informamos que disponibilizaríamos o e-mail do grupo de pesquisa a fim de atestar a fidedignidade da proposta e a preservação da identidade de nossas interlocutoras.

¹¹ Embora não pudéssemos estar com elas face a face – como aconteceria em uma entrevista presencial – percebemos que muitas delas não se valeram somente de uma expressão escrita, e sim, complementaram suas impressões utilizando emojis (corações, rostos felizes, flores, mãos batendo palmas), expressões usadas largamente em reações como a de riso (“rsrsrs”, “Kkk”) e o uso de caixa alta para denotar grito (“ele será sempre NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO”), para citarmos as mais recorrentes.

“Vocês verão com quantas fraquejadas se faz uma revolução”: os escritos da mobilização

Ao todo, analisamos 40 escritos materializados em cartazes ou pinturas corporais, identificados por meio de registros fotográficos do evento, conforme explicado na seção anterior. Para investigar esse material, realizamos análise de conteúdo a partir da construção de um livro de códigos (Fig. 1) e da construção de um banco de dados em *Excel*.

Figura 1 – Livro de Códigos dos Cartazes

FICHA DE ANÁLISE DOS CARTAZES E PINTURA CORPORAL

- V1. Natureza dos escritos
 - V1.1 Pintura Corporal
 - V1.2 Cartaz
- V2. Demarcação de atravessamentos
 - V2.1 Raça
 - V2.2 Classe
 - V2.3 Orientação sexual
 - V2.4 Identidade de gênero
 - V2.5 Não demarca
- V3. Escritos que explicitam a motivação para participar do ato
 - V3.1 Combate ao fascismo
 - V3.2 Combate à homofobia
 - V3.3 Combate ao racismo
 - V3.4 Combate ao feminicídio
 - V3.5 Combate à corrupção
 - V3.6 Combate à violência policial
 - V3.7 Em defesa dos museus
 - V3.8 Em defesa da educação
 - V3.9 Feminismo
 - V3.10 Apenas contra a eleição do candidato
- V4. Identificação do sujeito manifestante a partir dos escritos
 - V4.1 Mulheres (sem demarcação de especificidades)
 - V4.2 Mulheres feministas
 - V4.3 Movimento negro
 - V4.4 Pessoas vegetarianas
 - V4.5 Vítimas do regime militar
 - V4.6 Pessoas portadoras de algum tipo de deficiência
 - V4.7 Não identificável
- V5. Reivindicações expressas
 - V5.1 Democracia
 - V5.2 Liberdade
 - V5.3 Igualdade
 - V5.4 Direito de existir/resistência
 - V5.5 Justiça para Marielle Franco
 - V5.6 Em defesa dos direitos já alcançados
 - V5.7 A não-eleição do candidato
- V6. Escritos que se referiam a declarações polêmicas
 - V6.1 Contra mães solteiras
 - V6.2 A favor do regime militar
 - V6.3 Sobre "fraquejadas"
- V7. Transcrição da mensagem na íntegra
- V8. Observações

Fonte: Elaboração das autoras

A maioria dos dados coletados a partir das fotografias foi de **cartazes** 92,5% (37), e houve apenas 7,5% (03) de ocorrências de **pintura corporal**. As pinturas corporais identificadas traziam o espelho de Vênus¹² sozinho ou como composição no #EleNão substituindo a

¹² Trata-se do símbolo associado ao “feminino” e consiste nas imagens de um círculo com uma cruz abaixo dele, representando o espelho de Afrodite (Vênus), a deusa do amor. Ele foi ressignificado e utilizado pelas

vogal “o”. O símbolo tem sido usado historicamente para representar lutas feministas. Nesse sentido, as pinturas corporais explicitaram o movimento feminista como motivação para a participação no protesto.

Já em relação às mensagens dos cartazes, verificamos que a **principal referência para participação no #EleNão**, era “apenas a não eleição do candidato Bolsonaro” (67,5%, 25 cartazes), seguida, em menor número, pelas variáveis que representam o movimento feminista, combate ao feminicídio, combate à homofobia, o combate ao fascismo e o combate ao racismo. Como exemplo da categoria mais recorrente, podemos citar: “Mente vazia, oficina do Bolsonaro”; “As mulheres vão derrotar Bolsonaro”; “Égua, esse leso não. #Nãosouobrigada. #EleNão”.

Figura 2 - Cartaz com vocabulário regionalista



Fonte: Página do evento “Mulheres Contra O Bolsonaro | Belém

Essa última mensagem (Fig. 2) aborda, por meio do regionalismo, a recusa e o protesto ao então candidato Bolsonaro. Os usos das expressões “égua” e “leso” são típicas do

lutas feministas, ao mesmo tempo em que o símbolo com o punho cerrado se tornou uma referência do feminismo negro.

linguajar paraense, sobretudo da região metropolitana de Belém, e marcam as particularidades da linguagem local. A mobilização dessas especificidades, analisadas a partir da perspectiva teórica do Sul Global, destaca a importância da descentralização de perspectivas universalistas para que se possa contemplar a pluralidade de possíveis formas de atuação.

O cartaz acima (Fig. 2) destaca, por exemplo, que além dos sentidos compartilhados coletivamente através da *hashtag* #EleNão, as participantes do protesto em questão também lançaram mão de outros recursos retóricos. Ao escrever “Égua, esse leso não”, a ativista com o cartaz faz uso de um tom humorístico que desvela o quão insensato seria eleger o candidato. Nuance essa que não poderia ser identificada se nosso referencial teórico tivesse sido ancorado nas perspectivas hegemônicas do feminismo¹³, uma vez que, seguindo as reflexões de Mohanty (1988), tal visada não forneceria subsídios para refletir acerca das especificidades e ainda poderia encaminhar para a análise do cartaz como mais uma representação das formas de atuação pouco eficientes – pois subalternas – dos feminismos no Sul, dada a simplicidade e regionalidade da frase – corriqueiramente interpretada como pouco desenvolvida, em especial quando se trata da Amazônia.

Quanto à identificação dos **sujeitos manifestantes**, das 37 ocorrências, conseguimos identificar 23 (62,1%) por meio das imagens e também do que estava escrito nos cartazes:

Quadro 1 – Identificação das participantes segundo os cartazes

Identificação do sujeito manifestante a partir dos escritos	%	Valor absoluto
Mulheres (sem demarcação de especificidades)	17,9%	07
Mulheres feministas	41%	16
Movimento negro	7,7%	03

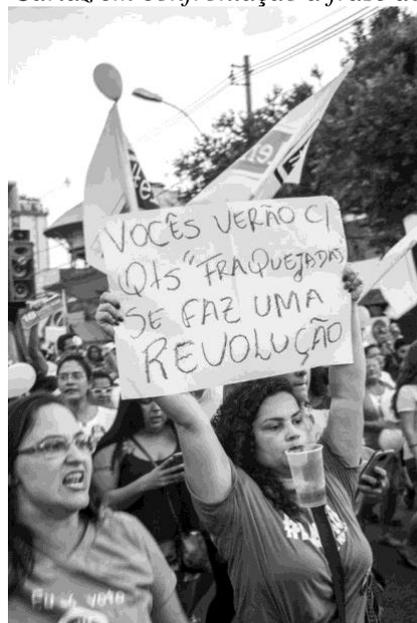
¹³ No plural, porque se quer universalista.

Pessoas vegetarianas	2,6%	01
Vítimas do regime militar	2,6%	01
Pessoas com deficiência	2,6%	01
Não identificável	35,9%	14

Fonte: Elaboração das autoras

A principal ocorrência foi a de mensagens que indicavam como **sujeito manifestante mulheres feministas**, variável construída a partir da identificação, nos cartazes, de frases, imagens ou expressões comuns ao feminismo, como: “Lute como uma garota// #ELENÃO”; “Fraquejada é o caralho!// #EleNão”; “A primavera feminista vive”; “Pare!// Seu machismo nos mata!// Chega”; “A luta das mulheres muda o mundo”; “Mulheres contra Bolsonaro”; “A ‘fraquejada’ vai te derrubar! #EleNão”; “Pela vida das mulheres”; “Vocês verão com quantas fraquejadas se faz uma revolução”.

Figura 3 - Cartaz em confrontação à frase do candidato



Fonte: Página Jornalistas Livres, fotógrafo Raoni Arraes

Observamos, ainda, a demarcação de atravessamentos por meio dos marcadores sociais de diferenças presentes nos cartazes examinados. A análise desses atravessamentos ilumina as especificidades do que está sendo visibilizado pelos sujeitos, e sustenta a proficuidade existente da relação entre as práticas feministas e as análises acadêmicas, atreladas às questões de gênero, raça, classe social e orientação sexual, entre outras (DAVIS, 2016; MIÑOSO, 2017). Para identificar esses cruzamentos nos cartazes, o movimento realizado foi o de tentar apreender como se manifestam verbalmente essas demarcações – como pode ser percebido no exemplo da figura 4.

Quadro 2 - Identificação de atravessamento

Demarcação de atravessamentos	%	Valor Absoluto
Raça	12,5%	05
Classe	10%	04
Orientação sexual	20%	08
Identidade de gênero	47,5%	19
Não demarca	37,5%	15

Fonte: Elaboração das autoras.

Identificamos questões de gênero e de raça atreladas, como no exemplo abaixo (Fig. 4), em que o coletivo antirracista *Afronte*¹⁴ brinca com as palavras ao escrever “AFRONTA O MACHISMO”.

¹⁴ Coletivo nacional com filial no estado do Pará. Em sua página no *Facebook*, na aba “Sobre”, consta a seguinte definição: “Juventude sem medo afrontando os retrocessos e o conservadorismo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/afrontenacional/>. Acesso em: 12 mai. 2019

Figura 4 - Cartaz com referências dos movimentos negros



Fonte: Página do evento “Mulheres Contra O Bolsonaro | Belém”

Entre as reivindicações expressas nos cartazes, 23 escritos se posicionavam contra a eleição do candidato; seguidos pela reivindicação da vida e resistência (13); igualdade (13); democracia (05); liberdade (05); defesa dos direitos alcançados (04); e Justiça à Marielle Franco (01). A partir desse resultado, podemos afirmar que os cartazes analisados representam uma pluralidade de questões percebidas pelas ativistas como concernentes a sua luta, revelando reivindicações que se deslocam para além de uma das questões percebidas como central aos feminismos hegemônicos – como a relação entre público e privado (SARMENTO, 2018).

Ao filtrar os resultados, relacionando mulheres feministas como sujeitos que reivindicam, a motivação da presença na manifestação e as reivindicações expressas nos cartazes, os resultados apontam como principais questões: o combate ao feminicídio (03), combate ao racismo (01), o próprio movimento feminista (11) e a não eleição do candidato à Presidência da República (03). Observamos que, ao mobilizar cartazes contra o feminicídio, as ativistas incorporavam ao protesto o argumento de que se posicionar contra o candidato também se equipara a se posicionar contra a cultura de subjugação feminina que alimenta aquele tipo de violência.

Por fim, a identificação do combate ao racismo no grupo dos cartazes analisados demarca que a manifestação, plural, corrobora com a perspectiva de Lugones (2008) acerca do entrelaçamento entre o processo de racialização e generificação na América Latina. Isso aponta, portanto, que as mulheres que reivindicaram a não eleição do candidato do PSL não compartilham a universalidade branca, privilegiada economicamente e preocupada apenas com aquelas questões construídas por si mesmas como concernentes às mulheres enquanto um grupo homogêneo.

No que concerne aos escritos corporais e aos cartazes na mobilização #EleNão, a análise apontou um resultado que pode ser compreendido de duas formas: (1) manifestação daquilo que as teóricas do Sul Global demarcam como característica intrínseca dos movimentos feministas latino-americanos: a pluralidade de sujeitos e demandas que o compõem – explicitada na heterogeneidade de atravessamentos e nas reivindicações que identificamos nos cartazes da mobilização; ou como (2) manifestação das alianças entre os movimentos feministas (que iniciaram, ainda na internet, a mobilização #EleNão) e outros movimentos sociais, como LGBTQIA+ e negro.

No entanto, não compreendemos o dado acima como manifestação do que Céli Pinto (2003) entendeu como um “feminismo difuso”, mas a partir do conceito de *outsider within* (Collins, 2016). Isso porque, ainda que inseridas dentro do movimento feminista brasileiro, as mulheres da Amazônia vivem especificidades que precisam ser visibilizadas para que elas sejam contempladas em suas reivindicações. Tal fato ocorre, por exemplo, quando uma mulher do MST não reivindica apenas o combate à violência de gênero, mas também a reforma agrária, uma vez que ambas as questões atravessam sua vivência de modo interseccionalizado¹⁵.

Os resultados, portanto, apontam para uma direção oposta ao “feminismo difuso” que, segundo Pinto (2003), marca uma pluralidade de demandas que abarca a pluralidade de sujeitos. É possível observar perspectiva contrária à da autora ao cruzarmos as

¹⁵ O conceito de interseccionalidade de opressões, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1998), foi desenvolvido para iluminar que os marcadores sociais de diferenças atravessam a si mesmos. A interseccionalidade, enquanto uma sensibilidade analítica, é mobilizada para compreender as nuances das construções identitárias e das relações de poder.

motivações dos sujeitos a participarem da mobilização e as **reivindicações expressas nos cartazes**. Os cartazes que, entre as motivações para participar da mobilização, tinham o movimento feminista (05) e o combate ao feminicídio (06); o combate à homofobia (05); e o combate ao racismo (04) vinham, ainda, atrelados a reivindicações quanto: à igualdade (10); ao direito à existência (09); à liberdade (04); à democracia (01); à justiça a Marielle Franco (01); à defesa dos direitos alcançados (01); e à não-eleição do candidato (09). Esse achado reforça nosso argumento de que o protesto analisado é representativo de particularidades, mas, ainda assim, desloca-se da visão estigmatizada refletida pelos *media* acerca da Amazônia: aquela que enfoca majoritariamente questões relativas à biodiversidade e invisibiliza as sujeitas e os sujeitos amazônidas. A análise dos cartazes desvela uma Amazônia plural, comprometida com o combate às opressões em diversas frentes, construindo coalizões e se posicionando ao lado daqueles mais vulneráveis às gramáticas morais representadas pelo candidato.

A análise dos escritos corporais e dos cartazes na mobilização #EleNão foi nosso primeiro gesto metodológico na compreensão dos sentidos atribuídos ao movimento pelas próprias participantes enquanto grupo heterogêneo e plural. Levou-se em consideração ainda, dentro do percurso metodológico, a escuta e a observação atentas das reivindicações dessas mulheres enquanto sujeitos políticos plurais (Miñoso, 2017) e ativos que, com suas experiências adequadas à própria realidade (Collins, 2016), são capazes de desenhar formas de ativismo. Para investigarmos as falas de nossas interlocutoras, primeiramente, realizamos a sistematização do perfil delas, como veremos no tópico a seguir.

#EleNão: Democracia e Feminismos segundo as entrevistadas

A partir dos dados coletados durante o #EleNão em Belém, entrevistamos por *Whatsapp* 50 mulheres que participaram do movimento. Quanto à faixa etária, 52% (26) das entrevistadas tinham entre 18 e 35 anos; 30% (15), entre 36 e 50 anos; e 18% (09), mais de 51 anos, sendo que a pessoa mais velha tinha 63 anos. A maioria declarou não ter filhos (54%, 27); 22% (11) informaram ser mãe de um filho; 14% (7) dois filhos; 4% (02) três filhos; e 6% (03) mais de três filhos. Em relação à identificação de gênero, a maior

predominância foi de mulheres cisgênero que se identificam com o sexo biológico de nascimento (96%, 48). As outras duas ocorrências foram: uma pessoa se declarou “agênero”, ou seja, não se identifica com masculino, tampouco feminino; e uma pessoa que disse ainda não saber com qual gênero se identifica. A respeito da orientação sexual, 68% (34) das entrevistadas se declararam heterossexuais; 14% (07) homossexuais; 14% (07) bissexuais; e 4% (02) preferiram não declarar.

Sobre a cor da pele, 56% (28) declararam reconhecer-se como negras, das quais 40% (20) se autodeclararam pardas e 16% (08) pretas; 34% (17) brancas; 4% (02) amarelas; e 6% (03) não se autodeclararam¹⁶.

Em relação à ocupação, 42% (21) eram de profissionais liberais (psicólogas, advogadas, jornalistas, entre outras), seguida por professoras (26%, 13) e estudantes (18%, 9). As demais eram servidoras públicas (04), autônomas (02) e uma não declarou a profissão/ocupação.

Questionamos também sobre a filiação partidária e sobre o costume de participar de passeatas¹⁷: 88% (44) das entrevistadas não eram filiadas a partidos políticos, sendo que uma informou já ter sido filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e outra declarou a intenção de se filiar ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entre as que eram filiadas (12%, 06), cinco eram ao PSOL e uma ao PT. A respeito da participação em passeatas, 60% (30) informaram ter costume de participar.

Das entrevistadas, 74% (37) disseram que ficaram sabendo do #EleNã, principalmente, pelo *Facebook*; 12% (6) pelo *Instagram*; 8% (4) por grupos de *WhatsApp*; e outras três (6%) por formas diversas, como jornais, universidade e amigos.

¹⁶ Essa autodeclaração, em alguns casos, veio acompanhada de comentários e críticas, como: “na certidão está parda, porém me classifico da cor negra” ou ainda “nunca sei se é parda ou branca” ou “acho que é parda, mas a militância negra diz que não existe ser pardo”. Diante disso, percebemos a discussão em torno da autodeclaração racial, do colorismo e mesmo dos sentidos que se estabelecem acerca disso na Amazônia (CÂMARA, 2017) como complexos e, por isso, não puderam ser objeto de análise específica neste artigo.

¹⁷ Questionamos as mulheres acerca do costume em participar de tais protestos, mas não estabelecemos uma métrica para definir o que seria compreendido como “frequência”.

Após a sistematização dos dados relativos ao perfil das entrevistadas, realizamos a análise das respostas a partir das seguintes categorias: motivações para participação; percepções sobre democracia; e relações com o feminismo.

Motivações para participação

As entrevistadas buscaram, nas respostas sobre os motivos para participação no #EleNão, qualificar e apresentar com mais detalhes os porquês de se posicionarem contrárias à eleição de Bolsonaro. Consideraram, sobretudo, a possível eleição dele como um alto risco para mulheres e minorias políticas por conta dos discursos e posicionamentos preconceituosos desse candidato. Ressaltaram ainda, o repúdio à violência estrutural, à misoginia e à “LGBTfobia” como motivações para a luta, da mesma forma como o ataque aos direitos humanos, a incitação ao ódio e a possibilidade de retrocessos em relação a direitos e conquistas sociais.

Ao mesmo tempo, as participantes reforçaram a importância daquele tipo de manifestação política como expressão da opinião pública e demonstração da força das mulheres. Ressaltaram também a participação no #EleNão como algo que podia fazer diferença, por meio da ocupação das ruas pelo povo, e também do entendimento de que a política é feita por pessoas na busca por direitos:

Além do objetivo principal da passeata de protestar contra a candidatura do Bolsonaro, eu achei que o evento iria servir muito pra mostrar que as classes que são minorias (negros, lgbs¹⁸ e mulheres) de que eles têm uma voz sim e que mesmo ele sendo eleito ninguém deixaria de lutar pelos seus direitos (participante M., 20 anos, autodeclarada branca).

Classificaram também o movimento como uma demonstração da indignação de mulheres e de outros grupos em relação ao candidato Bolsonaro, e ressaltaram o #EleNão como uma oportunidade de construção de unidade, de um comum compartilhado, através da construção de um “nós” (CAL, 2016), isto é, da formação de uma ação coletiva: “Por que eu precisava demonstrar publicamente minha indignação e revolta com a candidatura do

¹⁸ Optamos por manter o modo de escrita das entrevistadas, inclusive o uso da sigla LGBT nesse caso.

#elenao e sabia que não estava só nesse sentimento, e acredito fervorosamente na força que temos quando agimos em coletivo”¹⁹ (participante A., 26 anos, autodeclarada parda). Outro fator que motivou a participação no #EleNão foi a possibilidade de conexão e de interação, ou seja, de atuação em conjunto: “Eu me sentia desamparada e sem esperanças de que fosse possível ele não ganhar. Sabia que naquele momento era importante para mim estar ao lado das pessoas que pensavam como eu e que estavam dispostas a lutar” (participante D., 35 anos, autodeclarada parda).

Algumas das entrevistadas mencionaram ainda o potencial desse movimento de inspirar futuras gerações e também de atribuir visibilidade às forças contrárias à eleição de Bolsonaro:

Fazer parte da construção da história de forma mais ativa. Assim como fui às ruas no fora Collor qd [quando] tinha 15/16 anos. Uma forma de representar grupos e ideias de oposição a essa criatura. Uma forma pacífica de união e expressão. Ensinar pelo exemplo e na prática, juntas, a importância disso tudo pra minha filha tbm. Não podemos ser omissos e apenas reclamar (participante N., 41 anos, autodeclarada parda).

De modo geral, quando indagadas sobre as razões de participarem de um evento desse tipo, as entrevistadas deram, pelo menos, três naturezas de resposta: uma ligada à importância da participação popular para a democracia, voltada, portanto, a justificar protestos a partir da necessidade de atuação política, de visibilidade e da demonstração da não passividade da sociedade; outra vinculada às lutas feministas e à necessidade de efetivar os direitos humanos; e a terceira, ligada à ideia da participação em atos daquele tipo como uma forma de aprendizagem e de construção de uma coletividade. De acordo com a participante R., de 46 anos, autodeclarada branca, ações de protesto são importantes para a coletivização de causas e de movimentos sociais: “Pra construir processos mais aproximados com os nossos pares na luta, por uma perspectiva de forma opinião, pois é

¹⁹ Esclarecemos que as respostas dadas às perguntas aqui foram reproduzidas mantendo sua escrita original enviada via *WhatsApp* pelas nossas interlocutoras. Por tratarmos da temática a partir de um ponto de vista do Sul Global e reconhecendo relações de poder que marcam o uso da linguagem, optamos por não utilizar "sic".

ato na rua, faz um visual mais coletivo e aproxima outros tantos que estão pulverizados, fora dos coletivos”.

Nesse sentido, a participação num movimento coletivo não apenas demonstra a capacidade de ação frente ao Estado, como pode se configurar como espaço de aprendizagem democrática que considera as diferenças (Dewey, 2008):

(...) dentro dessas manifestações acontece uma relação de afeto que é muito importante quando você está resistindo a algo que, no caso, é o Estado, é importante que você tenha relações de afeto para te deixarem mais forte, entende? Então, para mim é essa a importância de movimentos assim, é você mostrar sua insatisfação em relação a algo e se manter forte com as alianças, tornando assim uma forma de resistência mesmo (participante C., 24 anos, autodeclarada branca)

Essa dimensão de aproximação de grupos socialmente marginalizados e da participação como forma de aprendizado dá a ver a correlação que pode existir entre a vivência de processos políticos dessa natureza e a busca por autorrealização, por meio do sentimento de atuação conjunta, de estima e de solidariedade (Honneth, 2003). Para Feres Jr. e Pogrebinschi (2010, p. 147), a noção de democracia como forma de vida em Dewey está ligada à própria ideia de comunidade, à qual se vincula à noção de autorrealização que, por sua vez, é entendida como “constituição e consolidação recíprocas da individualidade e da coletividade”.

Percepções sobre democracia

À pergunta sobre o que é democracia, as entrevistadas responderam, majoritariamente, que se trata de um sistema político ou uma forma de governo baseada na participação do povo, com destaque à participação eleitoral: “O sistema democrático é a forma mais eficaz de atuação do povo nas decisões políticas através de mecanismos que distribuam o poder de ação de forma justa e igualitária, um exemplo disso, são as eleições diretas” (participante G., 41 anos, autodeclarada parda).

Também frisaram a relação entre democracia e liberdades (de expressão, de participação política, de luta por direitos) e ressaltaram a importância da igualdade de direitos, deveres

e oportunidades. Com isso, atrelaram a ideia de democracia à garantia de direitos e ao respeito à diversidade da sociedade: “Penso que seja um modo de governo que pretenda a equalização de disparidades socioestruturais, através de ações que pensem o coletivo (...)” (participante R., 28 anos, autodeclarada parda).

Algumas entrevistadas mencionaram a dimensão institucional da democracia, a importância das instituições, da transparência das ações e políticas públicas e da construção de canais e oportunidades para participação da população em tomadas de decisão coletiva que afetam a sociedade. De certo modo, os resultados apontam distinções em relação aos dados obtidos por Mendonça (2018), ao analisar as dimensões de democracia percebidas por manifestantes das chamadas Jornadas de Junho de 2013. O autor concluiu que havia “pouca preocupação com regras e instituições que assegurem a democracia, incluindo aí a questão dos controles” (Mendonça, 2018, p. 17). Essa distinção entre os dois movimentos demanda um investimento teórico e analítico mais robusto, mas, de modo inicial, pode estar ligada à natureza desigual das reivindicações²⁰.

Contudo, ao mesmo tempo em que as participantes manifestaram estar lutando pela democracia, também pontuaram preocupações com sua concretização e manutenção. Algumas chegaram a afirmar que seria uma “utopia” ou ainda algo distante em função da corrupção na política formal. Outras apontaram, ainda, a fragilidade da democracia:

Algo muito frágil, de difícil construção e sustentação, um regime de governo que deveria ser construído com a fala, participação e ação de todos que de alguma forma estão implicados na vida em sociedade e que estão sem a fala, sem lugar, prejudicados por anos de exclusão e centralidade de poder (participante R., 46 anos, autodeclarada branca).

A respeito da relação entre a passeata do #EleNão e a democracia, as entrevistadas declararam que se configurou em um espaço de exercício da cidadania, de demarcação da presença política e da participação, principalmente, de mulheres e outros grupos socialmente marginalizados. Relacionaram, assim, democracia à ideia de mobilização

²⁰ Vale ressaltar que se trata de uma aproximação preliminar com esse estudo. É possível considerar ainda que as distinções podem também ter relação com o procedimento metodológico empregado (entrevista presencial semiestruturada no caso de Mendonça, 2018) ou ainda a circunscrição geográfica, já que o autor entrevistou pessoas residentes em Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP).

popular, ao direito à igualdade, destacaram a dimensão de solidariedade interna ao próprio movimento do #EleNão e se referiram a passeatas como retratos da resistência.

Com justificativas semelhantes, as entrevistadas consideraram o #EleNão como uma ação bem-sucedida. Elas apontaram como elementos positivos saber que outras pessoas compartilham dos mesmos ideais sociais e políticos, o que fortaleceu a percepção da luta, já que não se tratava de algo individual, mas coletivo (Cal, 2016). É o que exemplifica a participante P., de 35 anos, autodeclarada branca: “foi muito significativa, pois senti muita união e força entre os participantes. Mostramos a que viemos e principalmente vimos que há muitos que pensam como nós. Isso nos dá coragem para seguir em frente”. O sentimento de fazer parte de um grupo também foi considerado uma das principais conquistas do #EleNão: “sentir a energia de tantas pessoas com idades, gênero, classe social diferentes em luta por um objetivo comum. Sentir que não estamos sós é fundamental em tempos difíceis” (participante P., 29 anos, autodeclarada branca). Essas perspectivas se aproximam da ideia de democracia como um modo de vida, que considera o processo de experiência como um fim e como um meio, capaz de gerar aprendizados, a partir da expansão de emoções, necessidades e desejos, ampliar o conhecimento (Dewey, 2008).

Ainda assim, reconheceram pontos negativos relativos a aspectos da organização e operacionalização do #EleNão (percurso, som etc.) e outros mais políticos, relacionados à posterior repercussão negativa do movimento e à própria eleição de Bolsonaro – ainda que, no Pará, o candidato Fernando Haddad (PT) tenha obtido maior número de votos²¹.

²¹ No segundo turno das eleições presidenciais de 2018, no Pará, o candidato Fernando Haddad (PT) teve 54,81% dos votos válidos e Jair Bolsonaro (PSL), 45,19% dos votos válidos. Ver mais em: <http://especiais.g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2018/apuracao-estado-presidente/2-turno/> - Acesso em 10 jan. 2019

Relações com o feminismo

Das 50 entrevistadas, expressiva parte, 70% (35), declarou-se feminista, ao passo que 16% (08) disseram que não o são e 14% (07) não souberam definir. As principais justificativas apontadas para a autodefinição como feministas giraram em torno de: (a) uma perspectiva de luta por direitos das mulheres, mas também de outros grupos sociais (“porque sou a favor da igualdade por direitos”, participante V., 21 anos, autodeclarada branca/ “Entendo que a partir do momento que provocamos o estranhamento dos privilégios dos brancos, dos homens, dos héteros, e lutamos, da forma que for, por mudanças em direção à defesa da igualdade de direitos, estamos sendo feministas, estamos lutando contra o racismo, homofobia, transfobia e todos os tipos de violências”, participante D., 35 anos, autodeclarada parda); (b) uma oposição às desigualdades de gênero e às diversas opressões (“eu me autorizo a me considerar em um estado constante de feminismo, todo dia uma nova desconstrução de paradigmas e preconceitos. Me considero feminista por estar atenta no meu cotidiano em quebrar a imposição patriarcal que a nossa sociedade vive”, participante P., 29 anos, autodeclarada branca); (c) uma forma de atuação política baseada na sororidade e na solidariedade (“Porque acredito que nos mulheres devemos lutar de mãos unidas uma defendendo a outra”, participante V., 51 anos, autodeclarada parda).

Por outro lado, houve um segmento das entrevistadas que declarou não ser feminista, atribuindo sua negativa a argumentos ligados à discordância de pontos do que o feminismo se constitui. A questão conceitual em torno do feminismo, seja de maneira mais formal ou partindo de suas próprias experiências como mulher, é visível nas falas de algumas entrevistadas como uma espécie de barreira que “autorizaria” apenas algumas mulheres a participar do debate ou se definir como tais, conforme ilustra a resposta da participante M., 44 anos, autodeclarada parda: “N [não] tenho acúmulo para um debate profundo a respeito, embora faça a defesa dos direitos das mulheres” (participante M., 44 anos). A participante M., 47 anos, relatou uma história parecida com a de muitas outras mulheres na Amazônia, mas, segundo afirmou, essa vivência profunda de opressão ainda não a credenciaria a se reconhecer como sujeito do feminismo:

[...] Minha história de vida me fez lutar por sobrevivência como mulher. E senti na pele o que é ser cobrada simplesmente por ser mulher. Fui obrigada me casar com 14 anos, por ter “perdido” a virgindade, com um homem que tinha mais que dobro da minha idade, mas ele nunca foi questionado por isso. (participante M., 47 anos, autodeclarada parda)

Outro ponto que complementa essa visão, partilhada no senso comum, é a de um feminismo compreendido enquanto radicalismo:

Talvez não na excencia [essência], eu defendo o papel da mulher na sociedade com equidade de gênero, luto junto com outras mulheres pela garantia de direitos, contra todo tipo de violência. Mas reconheço que não sou radicalmente feminista, tenho receio dos extremos. (participante M., 60 anos, autodeclarada branca).

Há também interlocutoras que desassociaam o feminismo de outras lutas por igualdade social. Encontramos, nas respostas de algumas mulheres, a defesa de direitos humanos como uma causa maior que acabaria se sobrepondo à luta feminista: “[...] Considero-me defensora de direitos humanos. A minha bandeira é pela não violação dos direitos à educação, saúde, lazer, vida digna. Respeito as minorias... Não especificamente feminista, mas também.” (participante M., 60 anos, autodeclarada branca).

A fala de outra entrevistada nos chamou a atenção para além de corroborar o argumento acima citado, mas pela contradição que abarca, ao final, quando reconhece a condição diferenciada das mulheres em relação a outros grupos sociais:

[...] hoje eu tenho uma visão mais ampla das lutas feministas, mas, defendo direitos não somente das mulheres, e sim de todo povo que necessita de políticas públicas. E nesse contexto [contexto] *nós mulheres são as que mais precisam dessas políticas* (participante M.S., 59 anos, grifo nosso, autodeclarada “morena”).

Já no caso das entrevistadas que se manifestaram como indefinidas, observamos, por meio de suas falas, que, embora muitas delas vivam a realidade do tratamento desigual conferido às mulheres na sociedade brasileira, isso não forneceria elementos suficientes que se articulassem à noção que têm sobre o que é ser feminista: “Me considero uma mulher que compreende que vive em uma sociedade machista, patriarcal, na qual as

mulheres são inferiorizadas, na qual são estabelecidos papéis com os quais não concordo” (participante M., 52 anos, autodeclarada negra).

Outra questão que surge adjacente a essa é a de que algumas delas podem não ter encontrado uma definição de feminismo na qual consigam se reconhecer ou ainda por desconhecerem, possivelmente, a existência de várias vertentes feministas. Daí falarmos em feminismos como expressão de pluralidade de linhas de pensamento e ação (Brah, 2006; Matos, 2010), como explica uma de nossas interlocutoras:

Complicado de responder esta, mas defendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Hoje é complicado falar em feminismo, pois este conceito está caindo muito no censo [senso] comum e sendo deturpado. Já li sobre o que alguns chamam de ‘feminismo radical’. Daí minha dificuldade em definir feminismo (participante V., 40 anos, autodeclarada parda).

Em outras respostas, percebemos que as mulheres revelaram certo incômodo por uma tentativa de definição em que tivessem que se adequar, ao que elas veem como “rótulos” ou “ismos”, como pontua uma delas: “Pois é, esse conceito vem tb me colocar em processo de me reconhecer uma mulher que luta por um mundo não mais patriarcal. Mas me incomoda os ‘ismos”” (participante S.L., 45 anos, autodeclaração indefinida).

E outro grupo de entrevistas afirma que não se autoatribui a definição por acreditar na importância de lutas mais amplas, por respeito e direitos, independente dos gêneros. É o caso da participante A., 44 anos: “Muitas pessoas me consideram feminista (kkkkk), mas eu me considero uma pessoa que luta pelas causas sociais, pelos direitos das pessoas!” (participante A., 44 anos, autodeclarada branca). O uso da expressão adversativa “mas” denota uma tentativa de se afastar da definição de feminista, fazendo a distinção de que luta pelos direitos de “pessoas”.

Considerações finais

Realizamos esta investigação por meio da participação no movimento #EleNão, realizado em Belém (PA), em 29 de setembro de 2018, o que nos ofereceu subsídios para tentar apreender a pluralidade de sujeitos e de sentidos no protesto. Na ocasião, a multiplicidade

de sujeitos e de questões levantadas nas falas, nos cartazes, nos corpos pintados e nas músicas entoadas pela população ocupando as ruas, instigou-nos a buscar compreender os sentidos atribuídos ao #EleNão. Isto é, quem seriam os sujeitos que compunham aquela multidão, quais suas reivindicações, como compreendiam a democracia, o que os motivava a estar ali e qual sua relação com os feminismos.

Situando geograficamente a cidade de Belém (PA) dentro da Amazônia, e nos assumindo como sujeitos que vivem a realidade da região, percebemos as especificidades que atravessam a vivência das mulheres. Diante disso, optamos por utilizar perspectivas feministas do Sul Global, por percebê-las como mais sensíveis às diferentes experiências (Brah, 2006) das mulheres, iluminando como tomar a democracia enquanto um modo de vida que contempla uma gama maior de sujeitos em interação com o mundo. Também recorremos à ideia de democracia como um modo de vida a partir de Dewey (2008).

Como objetos de análise, examinamos escritos corporais e cartazes registrados visualmente por fotografias dos *Jornalistas Livres* e por participantes da manifestação do dia 29/09/2018, publicadas na página do evento no *Facebook*. As coletas de imagens e de informações foram centrais: a dos cartazes nos permitiu identificar a pluralidade de reivindicações dentre as quais a liberdade, a igualdade, a resistência e a não-eleição do candidato; e a das entrevistas nas quais ouvimos, das próprias integrantes, que a principal motivação para participar da mobilização foi a consciência dos riscos que mulheres e demais grupos minoritários corriam diante da possível eleição de Bolsonaro. Assim, integrá-la seria reivindicar a democracia enquanto parte de um movimento que a compreende como uma forma de organização social, na qual a participação da população é imprescindível.

Dessa forma, investigar as dimensões que as mulheres do #EleNão têm sobre democracia colabora não apenas para compreender como elas percebem a democracia e – partindo disso – até que ponto podem usá-la para reivindicar suas questões, mas também auxilia na compreensão de como essas mulheres se situam dentro do processo democrático, reconhecendo-se enquanto sujeitos políticos. Assim, nossos resultados acerca do reconhecimento da mobilização como um espaço de aprendizagem democrática, por meio

da qual os sujeitos defendem suas liberdades e reivindicam igualdade, apontam para esse autorreconhecimento enquanto sujeitos políticos atuantes na sociedade. As interações e as experiências vivenciadas no #EleNão atuam como forma de “aprendizado democrático” (Dewey, 2008) e também conhecimento acerca dos “mecanismos de opressão” (Brah, 2006). O movimento significou, tendo como base as próprias mulheres ouvidas, uma vivência comum sobre o que seria mesmo a democracia.

Desse modo, podemos compreender democracia como uma “tarefa” realizada no cotidiano, que visa “criar uma experiência mais livre e mais humana na qual todos compartilham e para a qual todos contribuem” (Dewey, 2008, p. 142). Ainda que o #EleNão não possa ser interpretado integralmente sob esse viés, as manifestantes entrevistadas indicaram aspectos da experiência da participação a mobilização, os quais lançaram luz sobre a contribuição democrática do movimento, tanto em nível individual quanto coletivo.

Em relação às vinculações ao feminismo, a maioria das entrevistadas se declarou feminista por reconhecer a corrente baseada em uma perspectiva de luta por direitos das mulheres (e de outros grupos sociais), como uma oposição às desigualdades de gênero e às diversas opressões e, ainda, como forma de atuação política baseada na sororidade e na solidariedade. Contudo, outras participantes não souberam dizer se eram feministas ou ainda apontaram recusa ao “rótulo” de feminista. Elas demonstraram barreiras de entendimento relacionadas ao que seria o feminismo (e os feminismos, em sua heterogeneidade), afirmaram que o feminismo seria, de certo modo, excludente e manifestaram apreensão com o radicalismo. Como saída, evocaram uma perspectiva mais ampla de defensoras dos direitos humanos.

Com base nos resultados apresentados, a pesquisa busca contribuir com estudos sobre movimentos feministas, sobre a relação entre decolonialidade, gênero e democracia e também sobre os acontecimentos recentes relacionados às mobilizações de mulheres nas últimas eleições contra o então candidato Bolsonaro. Há, porém, elementos sobre os quais não foi possível discorrer neste trabalho, e que podem ensejar futuras pesquisas. Um exemplo é a investigação sobre as implicações da nomeação do #EleNão para a forma

de compreensão do evento: protesto, manifestação, movimento? Outro ponto diz respeito ao entendimento mais profundo sobre os atravessamentos dos contextos regionais que incidem sobre as mulheres e a construção de pautas e de ações específicas.

Referências

- ALLEN, P. *The sacred hoop: Recovering the feminine in American Indian traditions*. New York: Beacon Press, 1992.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRAH, A. Diversidade, diferença, diferenciação. *cadernos pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CAL, D. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: UFBA, 2016.
- CÂMARA, F.. *Mulheres Negras Amazônicas frente à Cidade Morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência*. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Psicologia). Belém: Universidade Federal do Pará.
- COCHRANE, K. *All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism*. Vol. 8. Guardian Books, 2013.
- COLLINS, P. Aprendendo com a “outsider within”: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CRENSHAW, K. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. *Feminism and politics*, p. 314-343, 1998.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.
- DEWEY, J. Democracia criativa: a tarefa diante de nós (1939). In: FRANCO, Augusto de; POGREBINSCHI, Thamy. *Democracia Cooperativa: escritos políticos escolhidos de Jonh Dewey (1927-1939)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 129-142.
- DIMOND, J. P.; FIESLER, C.; DISALVO, B.; PELC, J.; BRUCKMAN, A. S. Qualitative data collection technologies: A comparison of instant messaging, email, and phone. In: *Proceedings of the 17th ACM international conference on Supporting group work*. New York: NY. ACM, 2012, p. 277-280. Disponível em <<http://jilldimond.com/wp-content/uploads/2010/10/group115-dimond.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- EVANS, E.; CHAMBERLAIN, P. Critical Waves: Exploring Feminist Identity, Discourse and Praxis in Western Feminism. *Social Movement Studies*, 2014, 14, p. 1-14. Disponível em <[10.1080/14742837.2014.964199](https://doi.org/10.1080/14742837.2014.964199)>. Acesso em 09 fev. 2019.

- FERES JR, J.; POGREBINSCHI, T. Participação e Deliberação. In: FERES JR, J.; POGREBINSCHI, T. *Teoria Política Contemporânea: uma introdução*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p.143-158.
- GAMBLE, S. *The Routledge companion to feminism and postfeminism*. London: Routledge, 2001.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed34, 2003.
- KAUFMANN, Katja; PEIL, Corinna. The mobile instant messaging interview (MIMI): Using WhatsApp to enhance self-reporting and explore media usage in situ. *Mobile Media & Communication*, p. 1-18, 2019. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2050157919852392>>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- LOOMBA, A. et al. Beyond what? An introduction. *Postcolonial studies and beyond*, v. 29, p. 737-755, 2005.
- LORDE, A. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Ed. Berkeley, CA: Crossing Press. 110-114. 1984.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, n. 9, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MAIA, R; CAL, D.; HAUBER, G.; OLIVEIRA, O.; ROSSINI, P.; SAMPAIO, R.; GARCÊZ, R. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 34, mar. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/28000/22303>>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- MATOS, M. Inclusão democrática no Brasil contemporâneo: desafio de uma agenda inconclusa. In: MENDONÇA, R.; CUNHA, E. (Orgs). *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. P. 263-288.
- MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010
- MENDONÇA, R. Dimensões Democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 33, n. 98, e339707, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000300501&lng=en&nrm=is>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- MENDONÇA, R.; CUNHA, E. Teorias democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação. In: Mendonça, Ricardo Fabrino; Cunha, Eleonora Schettini Martins (Orgs). *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. P. 29-47.
- MIGNOLO, W. *Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton University Press, 2012.
- MIÑOSO, Y. Hacia la construcción de la historia de un (des) encuentro: la razón feminista u la agencia antirracista y decolonial en Abya Yala. *Praxis: revista del Departamento de Filosofía*, n. 76, p. 1-14, 2017.

MOHANTY, C. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. *Feminist review*, v. 30, n. 1, p. 61-88, 1988.

MUNRO, E. Feminism: A Fourth Wave? *Political Insight*, 4(2), 22–25. 2013.

PINTO, C.. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

SARMENTO, R. *Das sufragistas às ativistas 2.0: Feminismo, Mídia e Política no Brasil (1921 a 2016)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?*. Editora UFMG, 2010.

Notas

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e apresenta em parte os resultados do projeto de pesquisa "Comunicação, política e gênero: configurações discursivas das mulheres como sujeitos políticos em diferentes âmbitos comunicacionais", financiado pelo edital ProDoutor/UFPA 2017.

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 8º Compolítica (2019), no GT de Comunicação e Sociedade Civil. Agradecemos aos participantes do GT pela interlocução e, em especial, a Maria Alice Ferreira e a Matheus Baccarin pelo relato crítico.

As Autoras

Danila Cal é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). E-mail: danila@ufpa.br

Nathália Fonseca é doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pelo PPGCOM-UFGA. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Integrante do Compoa. Bolsista Capes. E-mail: S.nathaliafonseca@gmail.com
Luana de Melo Laboissiere. Mestranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pelo PPGCOM-UFGA. Graduada em Comunicação – Habilitação Jornalismo pela UFGA. Integrante do Compoa. E-mail: luana.laboissiere@gmail.com

Nathália Kahwage é doutoranda e mestre em Comunicação, Cultura e Amazônia pelo PPGCOM-UFGA. Integrante do Compoa. E-mail: nathalia.kahwage@gmail.com

Data de submissão: 22/09/2019

Data de aprovação: 24/03/2020